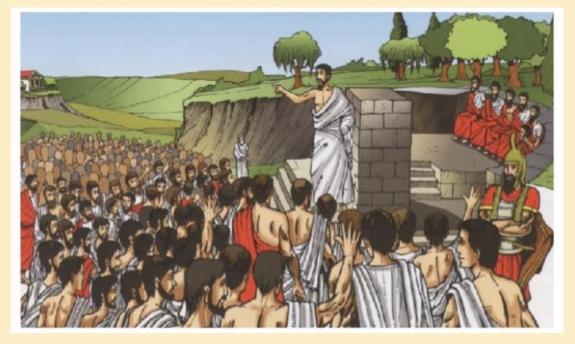
## A VIDA POLÍTICA PARTE 2

Professor Ricardo Miranda

## A INVENÇÃO DA POLÍTICA



Quando se afirma que os gregos e romanos inventaram a política, o que se diz é que desfizeram aquelas características da autoridade e do poder. Embora, no começo, gregos e romanos tivessem conhecido a organização econônico-social de tipo despótico ou patriarcal, um conjunto de medidas foram tomadas pelos primeiros dirigentes (os legisladores).

Essas medidas buscaram **impedir** a concentração dos **poderes** e da **autoridade** nas mãos de um **rei**, senhor da terra, da justiça e das armas, representante da divindade.

Assim, podemos afirmar que diante do **poder despótico**, gregos e romanos inventaram o **poder político** porque:

- 1) Separaram a autoridade pessoal privada do chefe de família e o poder impessoal público, pertencente à coletividade; separaram privado e público e impediram a identificação do poder político com a pessoa do governante.
- Os **postos de governo** eram preenchidos por **eleições** entre os cidadãos, de modo que o poder deixou de ser **hereditário**;

autoridade política e só depois realizadas.
Os chefes militares não eram vitalícios nem seus cargos eram hereditários, mas eram eleitos periodicamente pelas assembleias dos cidadãos;

3) Separaram a autoridade mágico-religiosa e poder temporal laico, impedindo a divinização dos governantes e a submissão da política à autoridade sacerdotal.

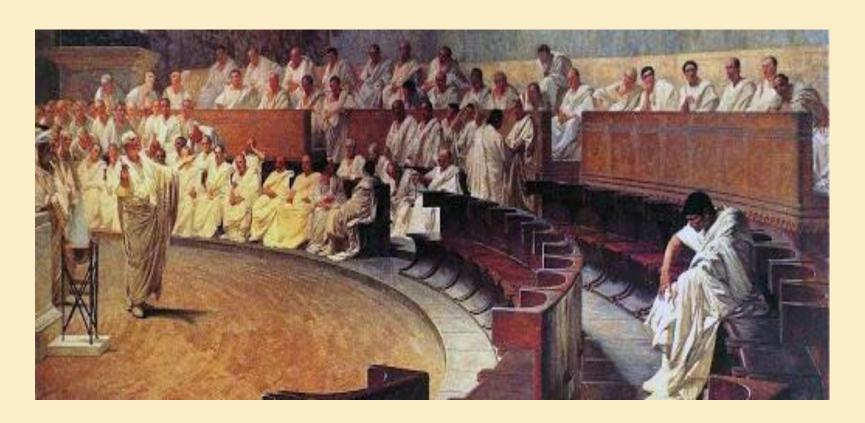
2) Separaram a autoridade militar e poder civil,

subordinando a primeira ao segundo. As ações militares

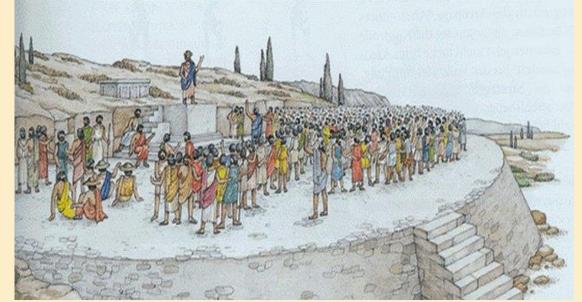
deveriam ser, primeiro, discutidas e aprovadas pela

4) Criam a ideia e a prática da lei como expressão de uma vontade coletiva e pública definidora dos direitos e deveres para todos os cidadãos, impedindo que fosse confundida com a vontade pessoal de um governante.

Com isso, retiram dos indivíduos o direito de fazer justiça com as próprias mãos e de vingar por si mesmos uma ofensa ou um crime. O monopólio da força, da vingança e da violência passou para o Estado, sob a lei e o direito;



- 5) Criaram instituições públicas para a aplicação das leis e garantia dos direitos: os tribunais e o magistrados
- 6) Criaram a instituição do erário público ou do fundo público, isto é, dos bens e recursos que pertencem à sociedade e são por ela administrados por meio de taxas, impostos e tributos, impedindo a concentração da propriedade e da riqueza nas mãos dos dirigentes;
- 7) Criaram o espaço político ou espaço público (assembleia grega e o senado romano) onde os que possuem direitos iguais de cidadania discutem suas opiniões, defendem seus interesses, deliberam em conjunto e decidem por meio do voto, podendo, também pelo voto, revogar uma decisão tomada.



A criação do **espaço público** é o coração da invenção da política.

Enquanto no **poder despótico** temos a prevalência do **segredo**, onde as **deliberações** e **decisões** são feitas a **portas fechadas**, na **política**, ao contrário, temos a introdução da **publicidade**, isto é, a exigência de que a **sociedade** conheça as **deliberações** e **participe** da tomada de **decisão**.

Além disso, a existência do espaço público de discussão, deliberação e decisão significa que a sociedade está aberta aos acontecimentos, que as ações não foram fixadas de uma vez por todas, que erros de avaliação e de decisão podem ser corrigidos, que uma ação pode gerar problemas novos, não previstos nem imaginados, que exigirão o aparecimento de novas leis e novas instituições.



Dessa forma, para **responder** a diferentes formas assumidas pelas **lutas de classe**, a **política é inventada** de tal maneira que, a cada **solução** encontrada, um **novo conflito** ou uma **nova luta** podem surgir, exigindo **novas soluções**. Em lugar de **reprimir os conflitos** pelo uso da **força** e da **violência** das armas, a **política** aparece como trabalho legítimo de **solução** 

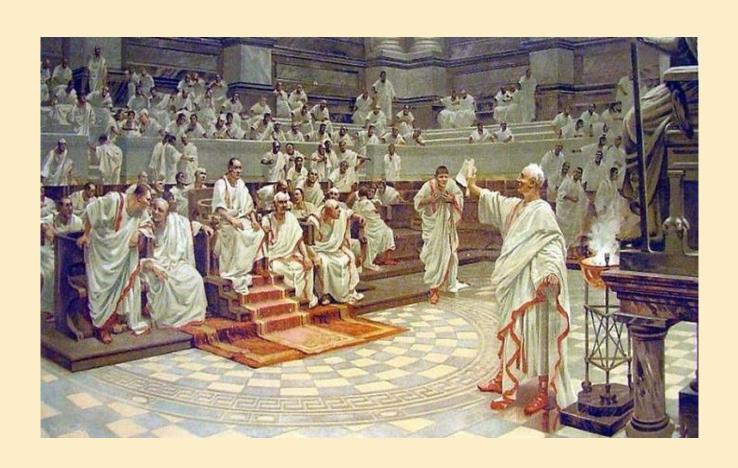
dos conflitos.

A democracia
ateniense e as
oligarquias de
Esparta e da
república romana
fundaram a ideia



e a prática da política na cultura ocidental.

Evidentemente, **não** devemos cair em anacronismos, supondo que **gregos** e **romanos** instituíram uma **sociedade** e uma **política** cujos **valores** e **princípios** fossem **idênticos aos nossos**.



Em primeiro lugar, a **economia era agrária** e **escravista**, de forma que uma parte da sociedade estava **excluída** dos **direitos políticos** e da **vida política**.

Em segundo lugar, a sociedade era patriarcal e, consequentemente, as mulheres também estavam excluídas da cidadania e da vida pública.

A exclusão atingia também os estrangeiros e os

miseráveis.



A cidadania era exclusiva dos homens adultos livres nascidos no território da Cidade. Além disso, a diferença de classe social nunca era apagada, mesmo que os pobres tivessem direitos políticos.

Assim, para muitos cargos, o pré-requisito da riqueza vigorava, havendo atividades de prestígio que somente os ricos podiam realizar.

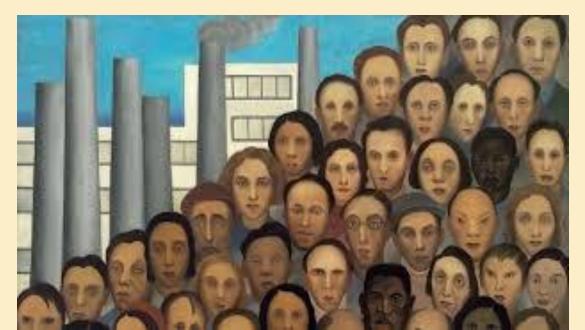
O que procuramos apontar não foi a criação de uma sociedade sem classes, justa e feliz, mas a invenção da política como solução e resposta que uma sociedade oferece para suas diferenças, seus conflitos e suas contradições, sem escondê-los sob a sacralização do poder e sem fechar-se à temporalidade e às mudanças.

## UMA TERCEIRA FORMA DE ORGANIZAÇÃO

Examinamos até aqui duas grandes respostas sociais ao poder: a resposta despótica e a política.

Em ambas, a **sociedade** procura organizar-se **economicamente**, **mantendo** e mesmo **criando diferenças sociais profundas** entre proprietários e não-proprietários, ricos e pobres, livres e escravos, homens e

mulheres.



Essas **diferenças** produzem **lutas internas**, que podem levar à **destruição** de todos os membros do grupo social.

Para regular os **conflitos**, determinar **limites às lutas**, garantir que os **ricos** conservem suas riquezas e os **pobres** aceitem sua pobreza, surge uma **chefia** que, como vimos, pode tomar **duas direções**:

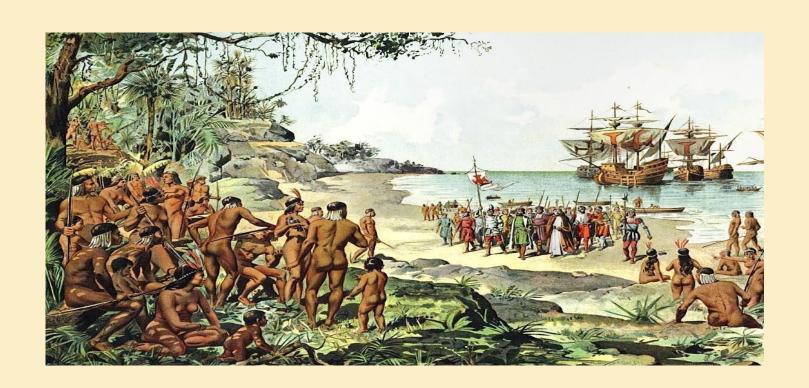
- a) Ou o chefe se torna senhor das terras, armas e deuses e transforma sua vontade em lei (o poder despótico);
- b) Ou o poder é exercido por uma parte da sociedade (os cidadãos), através de práticas e instituições públicas fundadas na lei e no direito como expressão da vontade coletiva.

Nos dois casos, surge o **Estado** como **poder separado da sociedade** e encarregado de **dirigi-la**, **comandá-la**, **arbitrar os conflitos** e usar a **força**. Há porém, um **terceiro caminho**.



Fomos acostumados pela tradição antropológica europeia a considerar as sociedades existentes na América como atrasadas, primitivas e inferiores. Essa visão nasceu do processo de colonização e conquista, iniciado no século XVI.

Assim, as diferenças entre colonizadores e nativos são interpretadas como distinção hierárquica entre superiores e inferiores: os índios não tinham lei, rei, fé, escrita, moeda, comércio (desprovidos de traços que constituíam a civilização europeia da época).



Transformaram o que eram incapazes de compreender em inferioridade dos nativos.

Considerando-os **selvagens** e **bárbaros**, justificavam a **escravidão**, a **evangelização** e o **extermínio**.

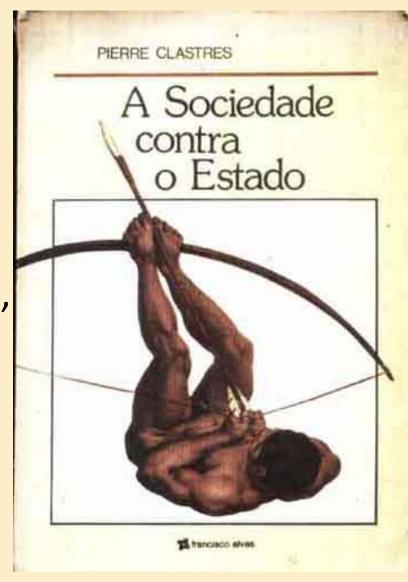
A visão europeia era etnocêntrica, isto é, considera padrões, valores e práticas dos brancos adultos proprietários europeus como universais e definidores da Cultura e da civilização.

O antropólogo francês
Pierre Clastres estudou
essas sociedades por um
prisma completamente
diferente, longe do
etnocentrismo costumeiro.



Mostrou que possuem escrita, mas que esta não é alfabética nem ideográfica ou hieroglífica (isto é, não é a escrita conhecida pelos ocidentais e orientais), mas é simbólica, gravada nos corpos das pessoas por sinais específicos, inscrita em objetos e em espaços determinados.

Somos nós que não sabemos lê-la.



Mostrou também que **possuem memória** (mitos e narrativas dos povos) transmitida oralmente de geração em geração.

Mostrou, pelas mudanças na escrita e na memória, que tais sociedades **possuem História**, mas que esta é **inseparável** da **relação dos povos com a Natureza**, diferente da nossa História, que narra como nos separamos da Natureza e como a dominamos.

São sociedades que não se organizam na forma das chefias das sociedades indígenas norte-americanas nem dos grandes impérios indígenas (México [Astecas], América Central [Maias] e norte da América do Sul [Incas]), mas inventaram uma organização deliberada...

... para evitar aquela duas formas de poder (despótico e político).

As sociedades indígenas são tribais ou comunais. Nelas, não há propriedade privada nem divisão social do trabalho, não havendo, portanto, classes sociais nem luta de classes.

A **propriedade** é **comum** e o trabalho se divide por sexo e idade.

São **comunidades** no sentido pleno do termo, isto é, são internamente homogêneas, unas e indivisas, possuindo História e um destino comuns.

São sociedades onde **todos se conhecem** pelo **nome** e são **vistos** uns pelos outros diariamente.

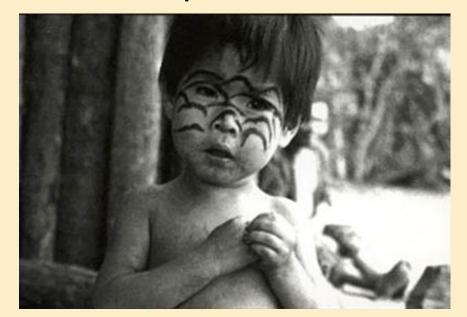
O **poder não** se **destaca** nem se **separa**, não forma uma instância **acima dela** (como na política), nem **fora dela** (como no despotismo).

A chefia não é um poder de mando a que a comunidade

obedece.

O chefe não manda.

A comunidade decide para si mesma, de acordo com suas tradições e necessidades.



A função da **chefia** é **representar** a comunidade perante **outras comunidades**.

O que é e o que faz o chefe, uma vez que não tem função de poder, pois este pertence à comunidade e dela não se separa?

O chefe possui três funções:

- a) doar presentes,
- b) fazer a paz e
- c) falar.

a) A doação de presentes é a maneira deliberada que a comunidade inventou de impedir que alguém possa concentrar bens e riquezas, tornar-se proprietário privado, criar desigualdade econômica e social, de onde surgem a luta de classes e a necessidade do poder do Estado.

chefe deve intervir. Não dispõe de códigos legais para arbitrar o conflito em nome da lei. O que faz o chefe? A paz. Como a obtém? Apelando para o bom senso das partes, aos bons sentimentos, à memória da comunidade, à tradição do bom convívio entre as pessoas. Em suma, através dele a comunidade fala para reafirmar-se como comunidade indivisa.

b) Quando famílias ou indivíduos entram em conflito, o

c) A grande função da chefia situa-se na fala. Todas as tardes, o chefe se dirige a um local distante da aldeia, mas visível e de onde possa ser ouvido, e ali discursa. O que ele diz não é ordem ou comando obrigando à obediência.



A **Grande Palavra** tem significado **simbólico**: a comunidade lembra a si mesma, diariamente, o **risco** e o **perigo** que correria se possuísse um **chefe** que lhe desse **ordens** e ao qual devesse **obedecer**.

A **Grande Palavra** simboliza a maneira pela qual a comunidade **impede** o advento do **poder** como algo **separado** dela e que a comandaria pela **coerção da lei** e das **armas**. Com a cerimônia da **Grande Palavra**, a sociedade se coloca **contra** o **surgimento do Estado**.

Evidentemente, nossa tendência será dizer que tal organização é própria de povos pouco numerosos e de um vida sócio-econômica muito simples, parecendo-nos, a nós, membros de sociedades complexas e de classes, uma vaga lembrança utópica.

Pierre Clastres, porém, indaga:

Por que **outras comunidades**, mundo afora, não foram capazes de **impedir** o surgimento da **propriedade privada**, das **divisões sociais** de castas e classes o surgimento das **desigualdades** que resultaram na necessidade de criar o **poder separado**, seja como **poder despótico**, seja como **poder político**?

## Por que, afinal, os homens sucumbiram à **necessidade** de **criar o Estado** como **poder de coerção social**?



Texto reproduzido (com pequenas adaptações): CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.